



ESCOLA SUPERIOR DA
MAGISTRATURA TOCANTINENSE

Certificado

Certificamos que *LUIZ CARLOS PORTO DO CARMO* participou do curso FORMAÇÃO DO ENCARREGADO E DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, na modalidade Presencial, promovido pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense, em Palmas-TO, no dia 11 de setembro de 2025, cumprindo uma carga horária de 8 horas-aula.

Desembargador **MARCO VILLAS BOAS**
Diretor Geral da Esmat

Palmas-TO, 11 de setembro de 2025.

Desembargadora **JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA**
Coordenadora do Curso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO TOCANTINS

FORMAÇÃO DO ENCARREGADO E DOS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	PROFESSORES
<p>MÓDULO I- Tema -LGPD no Setor Público e Desafios no Poder Judiciário</p> <ol style="list-style-type: none">1. Princípios e fundamentos da LGPD no setor público2. Limites e possibilidades do compartilhamento de dados3. Processamento de dados sensíveis e sigilosos em processos judiciais4. Relação com o princípio da publicidade e o direito de acesso à informação <p>MÓDULO II Tema -</p> <ol style="list-style-type: none">1. Atribuições legais do Encarregado (art. 41 da LGPD)2. Boas práticas para o funcionamento do Comitê Gestor3. Interface com a alta administração, unidades de tecnologia, corregedoria e ouvidoria4. Experiência do TJSC na estruturação do Comitê e atuação do Encarregado5. Casos práticos enfrentados pelo TJSC <p>MÓDULO III Tema - Atendimento ao Titular e Respostas Jurídico-Administrativas</p> <ol style="list-style-type: none">1. Como estruturar canais eficazes de atendimento aos titulares2. Reclamações e solicitações: triagem, análise e resposta3. Enunciados e orientações institucionais para uniformização de procedimentos4. Exemplos de fluxos internos para recebimento e resposta a titulares5. Exemplo prático: formulário eletrônico <p>MÓDULO IV - Tema - Governança, Compliance e Desafios Futuros</p> <ol style="list-style-type: none">1. Cultura de Privacidade no Judiciário: Estratégias para engajar magistrados, servidores e colaboradores na proteção de dados.2. Accountability e Boas Práticas de Governança: Como demonstrar a conformidade de forma efetiva.3. Desafios do Poder Judiciário: Debate aberto sobre as particularidades e os obstáculos na aplicação da LGPD em um ambiente complexo como o tribunal.4. Perspectivas da ANPD: Expectativas de fiscalização e regulamentação futuras que impactam o setor público.	<p>Denise de Souza Luiz Francoski - Pós-Graduada em Direito Digital, pela UERJ/ITS. Mestra em Ciência Política e Jurídica, pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestra em Relações Internacionais, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Especialista em Direito Econômico Europeu, pela Europa University Lisboa. Especialista em Administração Pública e Sociedade, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pós-Graduada, pela Escola da Magistratura Catarinense. Bacharela em Direito, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é desembargadora no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). Coordenadora do Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), (TJSC), desde a sua criação em 2018 (com reconduções aos biênios 2019-2021 e 2022-2023). Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais do Poder Judiciário de Santa Catarina. Membro do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas à adequação dos tribunais à Lei Geral de Proteção de Dados, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).</p> <p>Marcello Muller Teive -Bacharel em Direito. Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Pós-Graduado em Licitações e Contratos Administrativos. Instituição: Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), conclusão em 2010. Pós-Graduado em Direito Digital e Compliance. Instituição: Damasio Educacional. Secretário do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPDP) do TJSC. Secretário Jurídico da desembargadora Denise de Souza Luiz Francoski.</p>